

Artesanal Securitizadora de Créditos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultado

Demonstrações do resultado abrangente do exercício

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da:
ARTESANAL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A.
SÃO PAULO – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ARTESANAL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado, para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ARTESANAL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras

tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 20 de março de 2025.

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" SP
Sidení Moratelli – Sócio Responsável
Contador – CRC/SC – 19.206/O-7 "S" SP

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T- SC "S" SP
Juliano dos Santos Machado - Sócio
Contador – CRC/PR – 051229/O-8 "S" SP

**Balço Patrimonial do período
findo em:**

(Valores expressos em milhares de
reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>		<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	84	1	Fornecedores	9	10	11
Contas a receber	6	191	-	Contas à Pagar - Parte Relacionada	10	20	-
Tributos a recuperar	7	4	-	Mútuo - Parte Relacionada	11	20	-
Outros ativos	8	4	-	Obrigações tributárias	12	78	0
		<u>283</u>	<u>1</u>			<u>129</u>	<u>12</u>
Não circulante				Não circulante			
Investimentos		-	-	Fornecedores		-	-
		-	-				
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		126	10
				AFAC		135	-
				Capital a integralizar		-	(9)
				Reservas de lucros		-	-
				(-) Prejuízos acumulados		(107)	(12)
						<u>154</u>	<u>(11)</u>
Total do ativo		<u>283</u>	<u>1</u>	Total do passivo		<u>283</u>	<u>1</u>

Demonstração do Resultado do período findo em:
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Período de três meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida da prestação de serviços	14	172	-	172	-
Despesas com pessoal	15	(7)	-	(7)	-
Despesas de Ocupação	16	(2)	-	(2)	-
Despesa Administrativa	17	(88)	-	(190)	(12)
Depreciação		(2)	-	(2)	-
Resultado operacional		(99)	-	(200)	(12)
Lucro antes do Resultado Financeiro		74	-	(28)	(12)
Receitas financeiras	18	3	-	3	-
Despesas financeiras	18	(11)	-	(12)	-
Resultado financeiro líquido		(7)	-	(9)	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		66	-	(37)	(12)
Imposto de renda	19	(43)	-	(43)	-
Contribuição social	19	(16)	-	(16)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		8	-	(95)	(12)

Demonstração do Resultado abrangente do período findo em:
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Período de três meses findos em</u>		<u>Período de doze meses</u>	
	<u>31 de dezembro de</u>		<u>findos em 31 de dezembro</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado Líquido do Período	8	(12)	(95)	(12)
Resultado abrangente do período	<u>8</u>	<u>(12)</u>	<u>(95)</u>	<u>(12)</u>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período findo em:

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>AFAC</u>	<u>(-) Capital a Integralizar</u>	<u>(-) Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 14 de novembro de 2023	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Capital social subscrito	10	-	(9)	-	1
Integralização de capital social	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12)</u>	<u>(12)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>(12)</u>	<u>(11)</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital social	-	135	9	-	144
Integralização de capital social	116	-	-	-	116
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(95)</u>	<u>(95)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>126</u>	<u>135</u>	<u>-</u>	<u>(107)</u>	<u>154</u>

Demonstração do fluxo de caixa do período findo em:
(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido dos exercícios	(95)	(12)
Ajustes para:		
Despesas de imposto de renda e contribuição social	59	
Lucro dos exercícios ajustado	<u>(37)</u>	<u>(12)</u>
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Contas a Receber	(195)	-
Impostos a recuperar	(4)	-
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Fornecedores	(1)	11
Obrigações tributárias	19	0
Outras Obrigações	-	
Contas à Pagar - Parte Relacionada	20	-
Caixa proveniente/(usado) nas operações	<u>(197)</u>	<u>0</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>(197)</u>	<u>0</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Mútuo - Parte Relacionada	20	-
Aporte de Capital Social	-	1
Adiantamento para futuro aumento de capital social	135	-
Integralização de Capital Social	125	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>280</u>	<u>1</u>
Aumento/(Diminuição Líquida de caixa e equivalentes de caixa)	<u>83</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>84</u>	<u>1</u>
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	<u>83</u>	<u>1</u>

Demonstração do valor adicionado do período findo em:

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
I - RECEITA	172	-
I.2 - Receita de prestação de serviços	172	-
I.2 - Receita não operacional	-	-
II - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(190)	(12)
III - VALOR ADICIONADO BRUTO	(18)	(12)
IV - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(2)	-
V - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(20)	(12)
VI - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(9)	-
Resultado Financeiro	(9)	-
VII - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(28)	(12)
VIII - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(28)	(12)
Pessoal	7	-
Aluguel	2	-
Remuneração de capitais de terceiros	-	-
Impostos, Taxas, Contribuições	59	-
Prejuízo do Exercício	(95)	(12)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A ARTESANAL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, fundada em 14 de novembro de 2023 e tem por objeto específico a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”) e certificados de recebíveis do agronegócio (“CRA”); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros.

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4777, andar 7, Bairro Jardim Universidade Pinheiros, CEP: 05.477-903, inscrita no CNPJ sob nº 52.890.908/0001-11.

Contabilidade terceirizada: Os administradores da Companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da companhia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da companhia, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações Financeiras, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da companhia a este profissional.

2 Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Risco de liquidez:

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

2.3 Política anti-inflacionaria

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as operações realizadas pela Companhia.

2.4 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.6 Risco de Crédito:

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

3 Apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações financeiras.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias registradas na CVM.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações Financeiras, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC e Demonstração do Valor Adicionado - DVA. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, sem base de comparabilidade devido ao recente início das atividades.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado
CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
CPC 24 – Evento subsequente
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade: A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações financeiras, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4 Políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras foram elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Ao definir a moeda funcional, a Administração considerou qual moeda influencia significativamente o valor de seus serviços e a moeda na qual a maior parte dos custos são incorridos. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima de Reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Reconhecimento de receita

i. Administração do Patrimônio Separado

A taxa de administração do Patrimônio Separado é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou até o resgate total do CRI, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado, este reconhecimento é feito quando é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser mensurados de forma confiável, conforme estabelecido pelo CPC 47.

iii. Receita de securitização

O spread da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação dos papéis (CRI, CRA, CR) aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no spread realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização, seguindo o regime de competência. Este método assegura que as despesas sejam registradas no mesmo período em que as receitas relacionadas são reconhecidas, conforme estabelecido pelo CPC 47.

4.4 Impostos sobre receita

A Companhia tributa suas receitas baseadas nas alíquotas de PIS e COFINS, 0,65% e 4%, respectivamente, aplicadas sobre as receitas oriundas da taxa de administração do Patrimônio Separado.

A alíquota de ISS (5%) incide sobre as receitas de agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer de acordo com legislação do municipal da cidade de São Paulo, sede local da Companhia.

Os valores devidos a título de PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento.

4.5 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia esteve sob o regime tributação do lucro real, conforme exigido pela legislação vigente para securitizadoras de créditos imobiliários, do agronegócio e financeiros. O Imposto de Renda é calculado com base no lucro líquido ajustado, conforme as normas contábeis e fiscais aplicáveis.

A alíquota do IRPJ é de 15%, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20.000,00 mensais e CSLL é calculada sobre o lucro líquido ajustado, com alíquota de 9%.

4.6 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR), acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo CPC 48.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

4.7 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes, conforme estabelecido pelo CPC 12

4.8 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

Os valores contábeis dos ativos da Companhia são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda em relação ao valor dos ativos. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação, caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

O julgamento da Administração é de que não houve evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável nesse exercício, portanto, não houve indício de impairment.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes, conforme CPC 26.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.12 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de caixa e equivalentes de caixa está assim composto:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Conta Corrente	84	1
Total	84	1

Em 31 de dezembro de 2024 as aplicações financeiras estão representadas substancialmente por CDB com liquidez imediata e remuneração entre 97% e 100% do CDI.

6 Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de contas a receber está assim composto:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Taxa de administração	191	-
Total	191	-

O saldo do contas a receber é resultante do diferimento da taxa de administração do Patrimônio Separado, sendo que a receita foi realizada e recebida em fevereiro de 2025.

7 Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de tributos a recuperar está composto da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Impostos e Contrib Retidos sob aplicação financeira (i)	3	-
Impostos e Contrib Retidos s/ Faturamento	1	-
Total	<u>4</u>	<u>-</u>

- (i) A Companhia possui um patrimônio separado (artigo 2º, § 2º da lei 14.430 de 2022) que realiza aplicações financeiras. Durante o resgate dessas aplicações, há retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), logo os valores retidos são registrados como créditos tributários, conforme as normas contábeis vigentes. Esses créditos são utilizados para compensar outros tributos devidos pela Companhia.

8 Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de outros créditos está composto da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custos reembolsáveis de estruturação	4	-
Total	<u>4</u>	<u>-</u>

Se refere a custos iniciais de um Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) em fase de estruturação. Uma vez concluído, será reembolsado para a securitizadora pelo patrimônio separado. A expectativa é que o reembolso seja realizado no exercício de 2025.

9 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de fornecedores está composto da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores Nacionais	10	11
Total	<u>10</u>	<u>11</u>

10 Contas à Pagar - Parte Relacionada

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de contas a pagar com parte relacionada está composto da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Passivo com parte relacionada	20	-
Total	<u>20</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía o montante de R\$ 20 de contas a pagar com partes relacionadas, originadas no instrumento particular de acordo de rateios de despesas intragrupo com Artesanal Investimentos Ltda, com vencimento em 31 de março de 2025.

11 Mútuo - Parte Relacionada

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de mútuo a pagar com parte relacionada está composto da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Mútuo - Artesanal Investimentos Ltda.	20	-
Total	<u>20</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía saldo de mútuo com partes relacionadas, sendo corrigido à taxa pós-fixada de 100% CDI a.a. mais juros de 12% a.a. O saldo foi integralmente quitado em 14 de janeiro de 2025.

12 Obrigações tributárias

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de obrigações tributárias está composto da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Imposto de renda e contribuição social (i)	(59)	-
ISS (i)	(1)	-
Pis a recolher (i)	(8)	-
Cofins a recolher (i)	(10)	-
Impostos sobre terceiros	(0)	-
Total	<u>(78)</u>	<u>-</u>

Os valores apresentados referem-se substancialmente a impostos diferidos no período.

13 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), dividido em 126.000 (cento e vinte e seis mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, e divididas entre os acionistas da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações	Participação %
Fortitudine Participações S.A.	125.999	99,9992%
Breno Rosemberg Sartoretto.	1	0,0008%
Total	<u>126.000</u>	<u>100,0000%</u>

b. Distribuição do resultado e reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo, não havendo, portanto, distribuição de lucros ou constituição de reservas de lucros. O prejuízo acumulado será levado a compensação nos exercícios futuros. Receita de taxa de administração

14 Receita líquida da prestação de serviços

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos impostos sobre vendas e está em 31 de dezembro de 2024 e 2023 da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Taxa de securitização	(191)	-
(-) Impostos sobre serviços	19	-
Total	<u>(172)</u>	<u>-</u>

Os valores apresentados se referem a receitas diferidas, que serão reconhecidas conforme a prestação dos serviços ao longo dos períodos subsequentes.

15 Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal da Companhia estão representadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários e encargos (i)	5	-
Assistência médica e medicina ocupacional (i)	1	-
Benefícios (i)	1	-
Total	<u>7</u>	<u>-</u>

(i) Referem-se a despesas oriundas do rateio intragrupo, por compartilhamento de estrutura física e áreas de suporte, como financeiro, contábil, facilities dentre outros.

16 Despesas de ocupação

As despesas de ocupação da Companhia estão representadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aluguel e Condomínio	1	-
Demais despesas (Água/Luz/Limpeza/Manutenção/IPTU)	1	-
Total	<u>2</u>	<u>-</u>

17 Despesas administrativas

As despesas administrativas da Companhia estão representadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Telefonia e internet	1	-
Consultorias	44	11
Auditoria	37	-
Contabilidade	32	1
Serviços terceiros	42	-
Taxas de fiscalização	12	-
Taxas de regulamentação	18	-
Outras despesas administrativas	4	-
Total	<u>190</u>	<u>12</u>

18 Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia está representado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	(0)	-
IRRF sob rendimento de aplicações*	(3)	-
Total	<u>(3)</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		
Despesa Cetip / B3	9	-
Multas e juros	2	-
Outras despesas	1	-
Total	<u>12</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	9	-

19 Imposto de renda e contribuição social

Apurações do Imposto de Renda e da Contribuição Social correntes pelo Lucro Presumido em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Imposto de renda e contribuição social	2024	2023
Lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(37)	-
Adições e exclusões permanentes e temporárias		
(+) adições permanentes	19	-
(-) exclusões permanentes	(191)	-
(+) outras adições temporárias		
(-) exclusões temporárias		
Prejuízo Fiscal	(209)	-

20 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2024, bem como os critérios para sua valorização, estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada.

21 Eventos subsequentes

No período entre o encerramento do exercício e a publicação das demonstrações financeiras não houve eventos relevantes, a Companhia segue o curso normal de suas atividades.